



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissões

4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/5/2016

Às 9h6min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Cristiano Silveira, Carlos Pimenta e Rogério Correia (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes.

A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o processo de fortalecimento da democracia e a promoção dos direitos humanos. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.189/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater o conflito agrário no assentamento da Fazenda Ariadnópolis;

nº 6.191/2016, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG –, à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG –, à Secretaria de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais – Seccri – e à Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania – Sedpac – pedido de providências para que o direito de imprensa, garantido pela Constituição Federal, seja respeitado no Município de Guaxupé;

nº 6.192/2016, do deputado Cabo Júlio, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Brumadinho para debater o atraso no concurso público da Guarda Municipal, relativo ao edital de 3/6/2014;

nº 6.193/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que requerem seja realizada audiência pública para debater os impactos da proposta de redução de gastos governamentais na saúde pública, que desrespeita o princípio constitucional da proibição do retrocesso de direitos fundamentais;

nº 6.194/2016, da deputada Marília Campos e dos deputados Cristiano Silveira e Rogério Correia, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a proposta de redução de gastos públicos com educação no Brasil, a qual ofende o princípio constitucional da vedação ao retrocesso de direitos fundamentais;

nº 6.196/2016, dos deputados Cristiano Silveira e Paulo Guedes, em que requerem seja realizada audiência pública em Porteirinha para debater as violações de direitos humanos sob a perspectiva das vítimas, em virtude da crescente violência urbana e rural nessa comunidade;

nº 6.197/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o risco da retirada de direitos fundamentais da população relativos à previdência social, em flagrante ofensa ao art. 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, presidente da Central Única dos Trabalhadores; Luanna Kathleen Paiva Ramalho, presidente da União Estadual dos Estudantes do Estado de Minas Gerais; e Júlia Louzada de Souza, membro da Coordenação Nacional do Levante Popular da Juventude; e os Srs. Afonso Henrique de Miranda Teixeira, procurador de Justiça coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários; Kerison Arnóbio Lopes, presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais; Marcelino Orozimbo da Rocha, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil; José Luiz Quadros de Magalhães, professor de Direito da UFMG; e Mateus Alves Vaz de Melo, coordenador do Movimento dos Atingidos por Barragens, representando Joceli Jaison José Andrioli. O presidente, como autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de junho de 2016.

Cristiano Silveira, presidente – Carlos Pimenta – Paulo Guedes.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/6/2016

Às 16h11min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Thiago Cota, Tadeu Martins Leite e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Isauro Calais. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Catarina Ferreira Campos, em que solicita a criação e a fomentação de ações que possibilitem um intercâmbio entre escola e espaços culturais, para que a juventude ocupe e reconheça os espaços de cultura e entenda a importância das manifestações populares; incentivo a propostas que combinem apreciação cultural e oficinas de educação artística que tenham como mote a leitura, escrita através de uma linguagem de incentivo, como audiovisual, sarau de poesia, batalha poética, *slam*, música e teatro; desenvolvimento do intercâmbio entre manifestações artísticas e manifestações populares, propondo formas de inverter as lógicas de apreciação e produção cultural; e criação de programa de troca de saberes incluindo educadores, artistas e jovens, através do trânsito entre espaços de educação e espaços de saberes africanos, indígenas e tradicionais populares, de forma ampliar a visibilidade desse setor, incluindo as matérias de artes e cultura afro-indígena na educação básica, fundamental e de ensino médio, além da formação de professores. E comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* de 19/5/2016: ofício do Sr. Rony Oliveira, chefe de gabinete da presidência do Iphan. Passa-



se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.651, 4.655, 4.747 e 4.756/2016. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.302, 2.322, 2.869, 2.995, 3.069, 3.110, 3.132/2015, 3.203, 3.264 e 3.288/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.226/2016, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública para debater o Projeto de Lei nº 3.511, de 2016, que extingue a autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais – IO-MG;

nº 6.227/2016, do deputado Wander Borges e da deputada Ione Pinheiro, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a reforma administrativa do Poder Executivo, mais especificamente o Projeto de Lei nº 3.511/2016, que extingue a autarquia Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais – IO-MG – e dá outras providências, que tramita na ALMG;

nº 6.228/2016, do deputado Wander Borges, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega do diploma referente aos votos de congratulações com o Sr. Carlos Alberto de Freitas, restaurador, mais conhecido como “Mão Pelada”, em atenção ao Requerimento nº 4.745, de 2016;

nº 6.229/2016, do deputado Isauro Calais, em que requer seja formulado voto de congratulações com César Romero Giovanini, por ocasião dos 40 anos de carreira no jornalismo;

nº 6.230/2016, do deputado Isauro Calais, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater os desafios e a importância do jornalismo na Zona da Mata mineira;

nº 6.231/2016, do deputado Bosco, do deputado Wander Borges, do deputado Thiago Cota, do deputado Tadeu Martins Leite, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Isauro Calais, em que requerem seja formulado voto de congratulações com a ex-deputada Cristina Corrêa, a Câmara Municipal de Santa Luzia, o Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões – Sated-MG –, o Observatório da Diversidade Cultural e a Escola Estadual São João da Escócia pela colaboração, com sucesso, na realização do 11º Encontro Regional do Fórum Técnico do Plano Estadual de Cultura, realizado em 9/5/2016, em Santa Luzia, dando-se ciência dessa manifestação ao vereador Lacyr Carlos Dias, presidente da Câmara Municipal de Santa Luzia; à vereadora Suzane Duarte Almada, à Sra. Magdalena Rodrigues, presidente do Sated-MG, aos técnicos em espetáculos de diversões e ao Sr. Rédnei Luiz Pinto, diretor da Escola Estadual São João da Escócia.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2016.

Bosco, presidente – Durval Ângelo.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/6/2016

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.997, que dispõe sobre a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica bem como social pelo Estado aos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 14/6/2016**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.993/2015, do deputado Thiago Cota.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 25/2015 e Projeto de Lei nº 2.751/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.157/2015, do deputado Thiago Cota.

Requerimentos nºs 4.025 a 4.027, 4.066 a 4.069, 4.198 a 4.200/2016, do deputado Cabo Júlio; 4.761/2016, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria; 4.824, 4.825, 4.827 e 4.836/2016, do deputado Noraldino Júnior; 4.857 a 4.859 e 4.872/2016, do deputado Sargento Rodrigues; e 4.865/2016, do deputado João Vítor Xavier.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a segurança nos hotéis de Belo Horizonte, tendo em vista o incidente envolvendo a Sra. Ana Hickman, apresentadora de TV, no dia 20/5/2016, que foi mantida sob a mira de arma de fogo por um fã que estava hospedado no mesmo hotel.

Recebimento e votação de requerimentos.



ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 14/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.748 a 4.750, 4.752, 4.753 e 4.755/2016, da deputada Geisa Teixeira; 4.841/2016, do deputado Dirceu Ribeiro; 4.851, 4.852 e 4.855/2016, do deputado Glaycon Franco; e 4.889 a 4.892/2016, da Comissão Extraordinária das Águas.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 14/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 14/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 13/2015, do deputado Cabo Júlio, e Projeto de Lei nº 2.194/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 14/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 14/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.



2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 4.711/2016, do deputado Celinho do Sinttrocel; 4.771/2016, da Comissão de Participação Popular; e 4.884/2016, da Comissão de Cultura.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a produção e a distribuição de placas de veículos automotores, bem como os preços e a legislação sobre o tema.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 14/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 14/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 14/6/2016

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Douglas Melo, Dalmo Ribeiro Silva e Rogério Correia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2016, às 13h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater a pauta



de reivindicações dos professores da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes –, que decretaram greve geral a partir do dia 2/5/2016; e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2016.

Paulo Lamac, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Lei nº 3.194/2016, do governador do Estado, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.490 e 4.597 a 4.603/2016, da Comissão de Participação Popular, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2016.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Agropecuária e Agroindústria

Nos termos regimentais, convoco os deputados Felipe Attiê, Antônio Lerin, Fábio Avelar Oliveira e Roberto Andrade, membros da Comissão de Desenvolvimento Econômico, e os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da Comissão de Agropecuária e Agroindústria, para a reunião a ser realizada em 14/6/2016, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a crise na suinocultura e na avicultura em razão do alto preço do milho.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2016.

Antônio Carlos Arantes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio, Fábio Cherem, Gustavo Corrêa, Gustavo Valadares e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2016, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Resolução nº 2/2015, do Projeto de Lei Complementar nº 3/2015 e dos Projetos de Lei nºs 779 e 780/2015, todos de autoria do deputado Cabo Júlio, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2016.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/6/2016, às 16h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.177/2015, do deputado Roberto Andrade, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.



Sala das Comissões, 13 de junho de 2016.

Deiró Marra, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Glaycon Franco, João Vítor Xavier e Tony Carlos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/2016, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a invasão do mexilhão-dourado na Bacia do Rio São Francisco, que tem provocado a obstrução de filtros de sistemas industriais e usinas hidrelétricas.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2016.

Gil Pereira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados João Leite, André Quintão, Cabo Júlio e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/6/2016, às 9h30min, na Câmara Municipal de Riachinho, com a finalidade de, em audiência pública, debater o enfrentamento da violência e da criminalidade na região de Riachinho, de discutir a falta de efetivo policial e os grandes deslocamentos para o encerramento de ocorrências em virtude do plantão regionalizado e de receber e votar requerimentos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2016.

Sargento Rodrigues, presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 7/6/2016

O deputado Bonifácio Mourão – Sr. Presidente, deputados e deputadas, distinta plateia, queremos abordar assuntos, a nosso ver, de extrema importância. O primeiro diz respeito à decisão do ministro Celso de Mello, deputado Sargento Rodrigues, que determina, através de liminar, que a decisão do STJ sobre o recebimento da denúncia e a suspensão do mandato do governador Pimentel por crimes comuns de corrupção, de organização criminosa e de tráfico de influência caiba à Corte Superior do STJ e não apenas ao ministro Herman Benjamin, que é o relator. Quando o Supremo decide assim, a meu ver, o governador Pimentel perde muito mais que ganha. Por quê?

Porque o governador Pimentel, por intermédio de seu advogado, requereu, atropelando o art. 92 da Constituição Mineira, que esta Assembleia fosse ouvida antes de se receber a denúncia e de se suspender o mandato do governador. Acontece que o ministro Celso de Mello não atendeu esse pedido, não tomou conhecimento dele; simplesmente transferiu a competência do ministro Herman Benjamin aos 15 integrantes da corte superior do STJ. Ora, deputado João Leite, esses 15 integrantes tendem historicamente, como em todos os tribunais do País – os advogados, a exemplo do deputado Sargento Rodrigues e de outros presentes, sabem melhor –, a seguir o voto do relator, que é o ministro Herman Benjamin. Respeitado o voto dele, tudo indica que a corte superior vai receber a denúncia e vai suspender o mandato do governador. Acontecendo isso, resta ao governador recorrer ao STF. Ao fazê-lo, o STF verá que a decisão foi robusta, isto é, proferida pelos 15 ministros



que compõem a corte superior do STJ. Esses 15 ministros são os 15 mais antigos. Dificilmente o STF irá reformar a decisão do STJ.

Entendo, por isso, que o governador perdeu muito mais do que ganhou. Nem foi uma vitória de Pirro, foi pior para ele, a meu ver. Recorreu antes da hora, deveria ter esperado o STJ decidir primeiro para depois recorrer, o que seria completamente diferente.

Quero também, nesta oportunidade – vou conceder aparte aos dois deputados que me pediram –, deputado Sargento Rodrigues, fazer algumas considerações sobre a reforma administrativa que está aqui. Estamos perdendo oportunidade de debatê-la. Por quê? Pelo motivo pelo qual já protestei durante meu voto. Ao assinar a presença, votei que protestava contra a suspensão permanente das reuniões, porque estamos deixando de abordar assuntos importantes da tribuna. Por quê? Porque há assistência e, em razão disso, recomenda-se que não se dê quórum. Boa parte da base se afasta, não há quórum, e a reunião se encerra. Não pode acontecer isso aqui de forma permanente. Temos de protestar. Se eu não estivesse aqui hoje para usar esta tribuna... Quase nenhum dos oradores quis utilizá-la. É preciso utilizá-la porque a reunião tem de ser movimentada, precisamos falar alguma coisa.

Essa reforma administrativa que está aqui, o que faz? Um minutinho só, deputado Sargento Rodrigues. Ela extingue a ouvidoria do povo. Ora, a ouvidoria do povo é completamente diferente da Controladoria-Geral do Estado. A controladoria é um órgão interno que fiscaliza atividades internas; a ouvidoria é um órgão externo, que é feito de portas abertas para que o povo tenha um canal para reclamar dos erros e das irregularidades da administração. E elas são inúmeras. Querem acabar com a ouvidoria.

Criação de três secretarias extraordinárias de Estado, deputado Antônio Jorge, sem necessidade de aprovação prévia da Assembleia Legislativa. Já não temos atribuição praticamente nenhuma. Nossas atribuições são restritas, e querem acabar com as poucas que nos restam. Criar secretaria por decreto: nunca vi isso na história. Para que criar secretaria? Será que é para acobertar algum secretário que está precisando de foro privilegiado ou algum daqueles que precisa ser secretário para ter foro privilegiado? Ninguém pode entender essas situações. Desvinculação do IMA do Parque da Gameleira para lá virar casa da mãe joana, naturalmente; vinculação da Cemig à Secretaria de Fazenda, e assim tantas outras que teremos oportunidade de debater.

Tenho aqui várias anotações feitas, mas, antes de continuar, vou conceder aparte, por 3 minutos, ao deputado Sargento Rodrigues. Foi o tempo que ele me pediu.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Deputado Bonifácio Mourão, ilustre professor, quero agradecer a V. Exa. A vitória, mais uma vez, é da democracia, porque a manifestação que aqui se encontra é democrática, respeitosa e, acima de tudo, veio cobrar aquilo a que o cidadão tem direito.

Deputado Bonifácio Mourão, a revista *Época* desta semana traz os principais pontos da delação do Sr. Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené. A delação do Sr. Bené é bombástica e escandalosa, e o deputado da base do governo não quer discutir isso, não quer que a população venha aqui exigir uma CPI. É vergonhoso para o cidadão mineiro ter a figura de Fernando Pimentel à frente do governo do Estado. É algo absurdamente imoral.

Esse moço se lambuzou com tanta propina que teve de alugar uma quitinete para guardar os R\$12.000.000,00, e os deputados da base do governo não querem falar do assunto? É um desrespeito com o cidadão. Quem está aqui nas galerias não se lambuzou com propina de dinheiro público. Quem está aqui nas galerias são mulheres e homens honrados exigindo deste parlamento, deputado Bonifácio Mourão, que exija do governador que cumpra o que jurou perante as bandeiras do Brasil e de Minas Gerais: cumprir a Constituição da República, a Constituição do Estado e as leis. Pedido de CPI, poder-dever, deputado Bonifácio Mourão. V. Exa., que é professor na área do direito, sabe que temos aqui o poder-dever de fiscalizar, e ainda há deputado que diz: “Ah, se eu assinar essa daqui, você assina outra?”. Eu assino qualquer pedido de CPI. Isso não é desculpa para não investigar o governador.

Agora, deputado Bonifácio Mourão, o jornal *Folha On Line* diz que Fernando Pimentel também recebeu R\$14.500.000,00 de propina da OAS e da Odebrecht. Então, vamos ficar fingindo aqui, fazendo cara de paisagem, fingindo que não está acontecendo nada em Minas Gerais? Vamos deixar um governador que está delatado, com a delação homologada pelo ministro do STJ Herman Benjamin, e vamos ficar de braços cruzados? Ninguém vai fiscalizar, todo mundo vai fazer cara de paisagem? Olha, isso aqui é um parlamento. O nosso dever é exercer controle sobre os atos do Executivo. Quem está nessas galerias está exercendo o direito sagrado, deputado Bonifácio Mourão, o direito de petição, o exercício do controle da sociedade civil organizada. Temos de lhes render elogios.

Infelizmente, deputado Bonifácio Mourão, aprendi na escola do direito que os Poderes foram idealizados para a chamada clássica dos freios e contrapesos. Mas, infelizmente, os freios e os contrapesos não conseguem fazer nada sem pressão popular. Parabéns. Não saiam daqui. Se o deputado está incomodado, que arrume outro lugar. Não saiam daqui, permaneçam aqui. Parabéns a V. Exa.

O deputado Antônio Jorge (em aparte)* – Deputado Mourão, V. Exa., mais uma vez, ocupa a tribuna de forma sábia, trazendo toda a sua bagagem. Quero fazer coro com aqueles que estranham as manifestações do Plenário, que são usuais. É preciso saber suportar o contraditório. Quando convém, a manifestação popular é bem-vinda; quando não convém, ela é malvinda. Então, àqueles que se manifestam o nosso máximo respeito. Assim deverá ser sempre a utilização da Casa do povo.

Peço aparte a V. Exa. para concitar os pares, os presentes na galeria, aqueles que nos veem pela TV Assembleia para um debate importantíssimo que acontecerá amanhã na Comissão de Saúde. Nós, talvez com foco na questão política que atravessa o País, que nos assola, que faz o País entrar em estado de estarecimento, estamos deixando passar despercebido – já usei a tribuna para esse alerta – um grave, gravíssimo, talvez o derradeiro e fatal problema do SUS. Já foi aprovada no Senado a PEC nº 143, que está indo para a Câmara.

E a PEC nº 143, com o substitutivo do senador Romero Jucá, está estendendo a DRU para estados e municípios. Deputado Mourão, esse assunto que está passando despercebido dos brasileiros significa a subtração do combalido orçamento do sistema de saúde, da ordem de R\$80.000.000.000,00. Estive em Fortaleza no Congresso Nacional de Secretários Municipais na última semana, e o setor de saúde está mobilizado no País, mas absolutamente descrente de que o Congresso Nacional fará barreira à aprovação desse dispositivo. Isso será o tiro de misericórdia, a pá de cal sobre o sistema de saúde. E a única possibilidade que nós, militantes da saúde, entendemos possível é de fora para dentro, o *input* da sociedade para o Congresso. Por isso a nossa audiência de amanhã tem finalidade de trazer a sociedade, trazer a luz sobre esse debate para que, no mínimo, no momento imediato, haja constrangimento de nossos congressistas para adiar medida drástica e que significará o golpe fatal no nosso sistema de saúde.

Convido V. Exa. e todos os pares presentes a participar, pois é um tema que deverá ser trazido mais vezes para o Plenário, devemos fazer debates públicos. Este é um tema no qual insisto sempre: o SUS não é deste ou daquele governo, é da nação brasileira, e cabe a todos nós defendê-lo. Obrigado pelo aparte.

O deputado Bonifácio Mourão – Concedo aparte ao deputado Paulo Guedes, mas lembro que me faltam menos de 2 minutos e preciso de tempo para responder a V. Exa., pois posso vir a discordar da sua posição.

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* – Agradeço ao deputado Mourão o aparte. É muito importante que as pessoas possam debater aqui o contraditório, que não haja uma só versão.

Queria dizer ao colega Sargento Rodrigues, que fez um aparte antes de mim, que ele às vezes se esquece do que está acontecendo no País inteiro. O que está acontecendo é que houve toda uma mobilização para tirar a presidente. Fizeram um golpe e deram com os burros n'água. A turma que está vestindo verde e amarelo está minguando, está pouquinha, só sobraram vocês, uma pequena minoria. (– Manifestação nas galerias.) Estão com vergonha porque tiraram uma mulher honesta, e o Temer nomeou um bando de bandidos para todos os ministérios, que tinham responsabilidade com o pobre e o social.



O deputado Bonifácio Mourão – Peço para V. Exa. terminar o aparte. (– Manifestação nas galerias.)

O deputado Paulo Guedes (em aparte)* – E não adianta porque eu também sei falar alto.

O deputado Bonifácio Mourão – Presidente, cancelo o aparte. Deputado, o seu aparte foi cortado. V. Exa. tem de respeitar.

O deputado Bonifácio Mourão – Sr. Presidente, para encerrar, quero dizer que estávamos desenvolvendo o nosso pronunciamento com harmonia, conforme pediu V. Exa. e conforme é a nossa tradição nesta Casa. No entanto, o deputado Paulo Guedes incendiou o Plenário novamente, como o PT tem o costume de fazer. (– Manifestação nas galerias.)

Calma, gente, por favor.

Quero dizer, deputado João Leite, que o deputado Paulo Guedes criticou, de forma veemente, o PMDB, que está no governo. E o PMDB, por meio do presidente Michel Temer, foi eleito pelo PT. O PT e o PMDB elegeram Dilma e Michel Temer. Então é briga entre eles, deputado, João Leite.

Nós estamos aqui procurando defender o que é honesto e o que é honrado para o Brasil, conforme os senhores estão defendendo. Agora, a briga, a provocação é do PT. Isso é falta de respeito, deputado João Leite, do PT com o PMDB. E o PMDB aqui, nesta Casa, tem sido leal com o governo atual. O PT deveria ter o mesmo procedimento, e não tem. Por isso esta Casa fica na situação em que está. Como o deputado Paulo Guedes não respeitou o pedido que lhe fiz e passou a fazer um verdadeiro pronunciamento incendiário, nós temos de responder no mesmo tom. E por isso estamos respondendo. A briga agora compete a vocês, e não a nós. Mas nós vamos defender o direito deste país de caminhar por um caminho decente e honesto. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cabo Júlio* – Presidente, em primeiro lugar, respeito é bom e todo mundo gosta. Está certo? Se há uma preocupação que nós, do PMDB, temos dito, já falamos isso ao governador, aos secretários, é: não tragam para Minas Gerais uma discussão que não é daqui. (– Manifestação nas galerias.) Gente, deixem-me falar, por favor. Gente, deixem-me responder, por favor...

Então, presidente, eu tenho dito isso. Feito isso, se os deputados do PT querem agredir o PMDB, que o façam em outro campo. Aqui não vamos aceitar. Somos a maior bancada desta Casa, temos sido mais solidários ao governo do que o próprio PT, que muitas vezes não está no Plenário, e a gente está aqui. Nas comissões, fazemos mais a defesa do governo do que os próprios deputados do PT. Então é isso, acho que os deputados do PT deveriam dobrar a língua e respeitar a postura do PMDB nesta Casa. Muitas vezes, quando os outros partidos atacam o governo, somos nós que vamos à tribuna fazer o papel que não deveria ser nosso, mas, porque somos governo, vamos fazer a defesa. Então eu acho que, para a boa sobrevivência do governo, alguns deputados do PT nos deveriam respeitar, sob pena de trazer para cá uma discussão, e a quem menos interessa que essa discussão venha para cá é o governo do PT e do PMDB.

Vai ser a única vez... Já passei para a bancada. Não é a primeira vez que isso acontece. Nós, do PMDB, temos dado a maior estabilidade ao governo. O presidente da Casa é do PMDB, as comissões mais importantes da Casa são presididas pelo PMDB. Não temos faltado ao governo, mas isso pode mudar, presidente, porque não podemos aceitar que enquanto nós, deputados do PMDB, estamos nos expondo, fazendo a defesa política do governo, os deputados do próprio partido do governo nos atacam. O que é isso? Então, digam que não nos querem. É muito fácil resolver, presidente. Digam o seguinte: “Nós não queremos vocês”. Pegamos a nossa sacolinha e vamos embora. Agora, se nos querem, presidente, respeitem-nos. Não vamos aceitar esse tipo de ataque. Querem brigar com Michel, com quem quer que seja, com o raio que o parta, façam isso no Congresso Nacional. Trazer para cá não é bom. Quem avisa amigo é.

Fica aqui, presidente, que senti uma agressão que não merecemos. Não se agride parceiro, porque essa parceria pode deixar de ser um casamento de delegacia em pouco tempo. Então, respeitem-nos. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.



O deputado Antônio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, nobres colegas, pessoal da galeria: Para os deputados que chegaram depois, gostaria de dizer que essa tensão que aconteceu neste momento foi fruto do pessoal que está nas galerias, e pediram para nós trabalharmos. Só isso que pediram. Querem que os deputados, que este Parlamento trabalhe. Gente, se não entendermos o recado desse povo, daquele povo que está nas ruas, da imprensa, se não entendermos esse recado, daqui a dois anos, vão voltar – se voltarem – alguns. Vão tirar todo mundo, porque não estão dando a resposta para o povo. Gente, temos de repensar o modelo que está acontecendo no meio político brasileiro. Se não resolverem em Brasília, podemos fazer a nossa parte. Tenho batido na canga. Como diz o nosso ditado no interior: estão batendo na canga faz tempo. O modelo está falido. Esse desgaste político dos deputados e, de uma forma geral, dos prefeitos e vereadores, é o retrato da indignação da população. Não tenho dúvida de que, se não entendermos esse recado, vamos pagar caro.

Eu queria falar rapidamente, porque umas quatro pessoas já me pediram aparte.

As reformas que o governador Pimentel apresentou nesta Casa: se não me engano, há seis meses – deve ser mais –, o governo estava apresentando uma reforma para economizar R\$2.000.000.000,00. No entanto, essa reforma nunca chega e, quando chega, não economiza nada. Existe uma cortina de fumaça, e, atrás dela, a ideia é não enxugar as despesas do Estado, porque ela não enxuga nada, não diminui despesa alguma. Quando se fala em diminuir 60 mil cargos, é falácia, pois hoje esses cargos estão ocupados. Quando se fala em extinguir secretarias, extingue-se aquela que não deveria. Deveriam extinguir outras. A verdade é que se extingue secretaria, mas não se extinguem os pontos, os recursos que vão para aqueles funcionários que vão sair, que vão perder seus cargos e ficarão à disposição do PT, que está com um monte de gente que provavelmente não está no governo ou que vai perder seus cargos lá no governo federal e, não duvido, logo aqui também.

Então, por trás disso aí há uma cortina de fumaça. Na verdade, essa reforma é uma piada. No momento em que há 11 milhões de desempregados no Brasil – mais de 10% são mineiros –, é hora de o governo fazer um gesto forte e colocar a secretaria forte, ter um secretário forte. O rosto que está lá é de uma pessoa bacana, sim, tudo bem, mas, então, dê instrumentos a ele, dê condições financeiras a ele, dê apoio e que ele faça dessa secretaria um lugar de promoção do desenvolvimento.

Só na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, deputado Bonifácio Mourão, já são mais de 200 projetos de empresas que querem se instalar em Minas Gerais, mas os projetos nem foram analisados. Dessas empresas, 57 gerariam muitos empregos e investiriam mais de R\$10.000.000.000,00. Mas o projeto nem analisado foi. O deputado Dalmo Ribeiro Silva é prova disso. Aliás, eu e o deputado Dalmo Ribeiro Silva estivemos juntos numa audiência pública em que havia um empresário, representando um grupo finlandês, que dizia: “Na época do governo passado, a gente procurava, e as coisas avançavam, conversava direto com o secretário e com os diretores. Neste governo, nem por telefone nem por *e-mail* a gente consegue conversar”. Esta é a realidade, e ainda querem acabar com a Secretaria de Desenvolvimento. Aí vem o desespero.

Mudando de assunto, vou falar sobre os produtores rurais, principalmente os ligados à suinocultura, à avicultura e também ao gado de leite e até de corte, que hoje têm dificuldade com o custo da ração. O milho dobrou de preço; a ração, então, nem se fala, porque a maioria vem do milho e da soja, que também dobrou de preço. Hoje esse produtor está perdendo muito dinheiro e vai ter de descartar seu plantel de suínos, levando muita gente à falência. Na agricultura também está faltando recurso.

Vou encerrar minha fala, deputado Dalmo Ribeiro Silva, e passar a palavra ao deputado Arlen Santiago, que tinha pedido primeiro. Em seguida vou passá-la a V. Exa., depois ao deputado Sargento Rodrigues. Para finalizar, vou falar sobre a saúde. O deputado Arlen Santiago tem feito um belíssimo trabalho na Comissão de Saúde. Estivemos com o deputado Sávio Souza Cruz; aliás, foi uma iniciativa também do deputado Cássio Soares. Estava junto também o Emidinho Madeira. Ficamos preocupadíssimos com a situação da saúde em Minas Gerais. O secretário mostrou que realmente os furos são muito grandes e que a situação da secretaria é terrível. Vejam a nossa Santa Casa de São Sebastião do Paraíso. Uma santa casa importantíssima que está tendo seus recursos limitados cortados pelo governo do Estado. Os recursos que repassam, o prefeito até cria dificuldade para a nossa santa casa, importantíssima para o desenvolvimento da região de São Sebastião do



Paraíso. O Gedor Silveira e o Otto Krakauer, de Passos, são dois hospitais psiquiátricos que, se dependerem do governo do Estado, da política do Estado, serão fechados. No dia em que fecharem, vamos ter de pegar aquelas pessoas com problemas psiquiátricos, pessoas com problemas seriíssimos e colocá-las na Cidade Administrativa para que o governo tome conta. Então, esta é a situação.

O deputado que nos antecedeu em aparte foi muito agressivo ao dizer que cassaram uma mulher honesta. Ora, pergunte ao Cerveró, porque ele falou ontem: “Ela sabia de tudo. Foram bilhões que roubaram da Petrobras. Ela era a chefe dessa quadrilha”.

Com a palavra, o deputado Arlen Santiago. Por favor, peço que seja breve, porque mais dois deputados também querem aparte.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* – Caro deputado Antônio Carlos Arantes, quero parabenizá-lo pela sua fala. Queremos também parabenizar o pessoal das galerias, que saiu ordeiramente de sua casa para expor sua posição num lugar que terá a obrigação de fazer a reforma administrativa, votar a lei e fiscalizar. Reforma administrativa que foi feita já no ano passado e que criou 4 secretarias a mais e 10 subsecretarias, criou centenas de cargos para que o PT pudesse acomodar as pessoas. Esse mesmo partido que não dá posse aos concursados da saúde e coloca 2.517 terceirizados lá. Mas eles estão fazendo a reforma administrativa.

Havia um programa maravilhoso em Minas Gerais chamado Vita Sopa, para melhorar a alimentação. Havia uma fábrica em Uberaba, uma em Janaúba e outra em Montes Claros. Eles já fizeram a reforma administrativa e acabaram com as três fábricas, que estão lá paradas, sucateadas, e o PT acabando com os programas sociais. Assim como acabou com a reforma agrária, porque nada foi feito no governo da presidenta Dilma, a não ser colocar 5 mil pessoas no Incra para ganhar o dinheiro da nossa população e fazer movimentos nem sempre tão democráticos como deveriam ser.

Então, eu queria aqui solicitar, Sr. Presidente, deputado Hely Tarquínio, que peça ao governador, que fale com ele, porque parece que ele não administra até hoje Minas Gerais. Parece que ele está tão preocupado com os seus problemas que não administra Minas Gerais. Peça a ele para não arrebentar os programas sociais. Já basta o que eles fizeram na saúde de Minas Gerais. Fecharam mais de três mil leitos, acabaram com vários programas importantes, mas tirar a comida dos mais carentes, das creches, do Vita Sopa? É a reforma administrativa ao contrário. Arrebenta com o funcionáriozinho lá, fecha a fábrica, acaba com o programa social e arruma mais cargo aqui para que o PT possa colocar seus ex-prefeitos e pessoas de que eles gostam muito. (– Manifestação nas galerias.)

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Muito obrigado. Deputado Sargento Rodrigues, depois, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Por favor, deputado, nosso tempo está curto, para podermos passar a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva depois.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* – Quero agradecer a V. Exa. e cumprimentá-lo, sempre muito lúcido, muito coerente em sua fala, deputado Antônio Carlos Arantes. V. Exa. disse que o parlamento e a classe política têm de repensar essa forma e esse modelo, e concordo com V. Exa. Particularmente me sinto um homem privilegiado, porque tenho enorme respeito, e sei que V. Exa. também tem, pelo cidadão, pelo eleitor e principalmente pela coisa pública, porque é assim que deve ser. O único objetivo do exercício do mandato é o bem-estar da coletividade. Qualquer outro objetivo é desviar-se do norte, da rota que devemos seguir.

Eu estava acompanhando. O deputado chegou aqui e falou, e quero reprisar as falas do meu professor, deputado Bonifácio Mourão. Ele falou que o Michel Temer nomeou um punhado de bandidos. Mas quem realmente elegeu Michel Temer foram exatamente aqueles que compuseram aliança com ele. E me causa estranheza porque, se se ataca o PMDB de Brasília, com certeza ataca-se o PMDB aqui da Assembleia. Esperamos que esse PMDB também reaja.

O deputado Cabo Júlio não foi muito feliz em sua fala quando disse que podemos mudar de lado e talvez o governo amanhã tenha outro sentido. Este governo acabou. (– Palmas.) Eu queria só fazer uma pequena correção na fala do deputado Cabo Júlio: este governo acabou, porque, se um governador é delatado pelo seu operador, dizendo que alugou uma quitinete

em Brasília para guardar R\$12.000.000,00, o seu governo acabou. Uma quitinete. Quando recebi a notícia, até virei para o deputado João Leite e fiz um trocadilho: Dilma criou o Minha Casa Minha Vida; Pimentel criou o Minha Quitinete Minha Vida – R\$12.000.000,00.

Mas o que preocupa, deputado Antônio Carlos Arantes, não a mim, mas a alguns deputados desta Casa é que a delação premiada do Bené vá bater aqui dentro. E, no momento em que bater aqui dentro, quero ouvir essas vozes tão firmes e tão fortes dizerem: “Se aceitou dinheiro do Bené e se esse dinheiro veio via propina, pode ir preparando o lombo”.

Tenho compromisso com a sociedade, o meu mandato serve à sociedade – não serve a mais ninguém, serve à sociedade. Então, muita gente está preocupadíssima aqui, nesta Casa, em saber que uma hora dessas vai ser levantado o sigilo da delação. Portanto, quero dizer aos deputados que realmente entendem que o governo Pimentel acabou que temos responsabilidade aqui: temos de apurar, porque Fernando Pimentel, deputado Antônio Carlos Arantes, fez reunião no hangar do governo. Quem disse isso? Eu? Não. Quem disse isso foi a Polícia Federal, foi o Ministério Público Federal, foi a Dra. Ela Wiecko de Castilho, que disse que Pimentel se reuniu dia 20 de maio, em pleno exercício do mandato. E aí, o restante vai fazer cara de paisagem, fingir que não há aqui um pedido de CPI em andamento, para não assinar? O governador se reuniu com os representantes da Cacao, com o Bené e o Otílio Prado, numa prática reiterada de crimes, com a proteção de toda a estrutura do gabinete militar. Isso é algo bravíssimo, a sociedade não pode tolerar isso. A tolerância tem de ser zero. Depois, esse mesmo governador marcou outra vez, via mensagem de celular, com os representantes da Cacao. Se algum deputado quiser as provas disso, estão aqui comigo, está aqui a cópia do inquérito.

Dos cinco inquéritos da Acrônimo, o governador aparece em quatro. Há gente aqui fazendo cara de paisagem, há gente fingindo que não é com ela. Nesses quatro inquéritos, ele marcou mais um encontro no Bairro Jardins, na Zona Sul de São Paulo, uma reunião republicaníssima com os donos da Cacao, na casa deles. O governador usou aeronave, usou servidores públicos, usou estrutura do Gabinete Militar. Aí não existe nada para apurar? Não há improbidade?

Encerro dizendo o seguinte: parabéns! Há muita gente nesta Casa que precisa repensar a forma de ganhar a eleição. Há gente que quer ganhar a qualquer custo, e há gente que quer apoiar os que ganham a qualquer custo. Se eu descobrir que aquele que eu apoiei está envolvido em corrupção, eu apago. Eu apago, porque não vou ficar defendendo. Agradeço a V. Exa.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) – Muito obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes. Agradeço a V. Exa. e saúdo todos os presentes. No bojo da reforma administrativa, de tantas extinções de cargos e secretarias, consta também a Imprensa Oficial do Estado. Nessa reforma, o governador pretende acabar com a Imprensa Oficial, de 125 anos, que é um patrimônio dos mineiros. Acabamos, neste momento, de aprovar parecer da deputada Lone sobre projeto de minha autoria que declara patrimônio cultural imaterial a Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. Tenho certeza absoluta de que, com essa aprovação, só resta uma coisa: o governador do Estado retirar de tramitação esse projeto, que vai na contramão da história da dignidade do povo mineiro.

Muito obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes* – Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Elismar Prado – Obrigado, presidente. Resta pouco tempo, mas quero aproveitar a oportunidade, deputado Hely Tarquínio, para prestar contas do nosso trabalho. Tivemos um encontro, ontem, muito importante, com pequenos agricultores de vários municípios do Estado. Antes, quero saudar todos que comparecem a esta Casa para fazer as suas cobranças. Isso é legítimo, é democrático. Parabéns a vocês.

Quero fazer essa prestação de contas, presidente. Estivemos, ontem, entregando os kits-feira aos feirantes inscritos no programa Agricultura Familiar. Foi fundamental esse programa da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, comandada agora pelo Professor Neivaldo. Quero também parabenizar toda a equipe.

Entregamos os *kits* aos Municípios de Santa Vitória, Limeira do Oeste, Monte Alegre de Minas, Ituiutaba, Canápolis, alguns municípios da região do Triângulo, Alto Paranaíba e Pontal, Conceição das Alagoas, Planura, Tupaciguara; enfim, muitos municípios fizeram a retirada do kit-feira, que consiste em barracas, jalecos, caixas plásticas e balanças eletrônicas. O intuito é oferecer dignidade aos pequenos produtores rurais, dignidade aos feirantes, agregar valor a suas mercadorias, a seus produtos, melhorar as condições de comercialização e gerar emprego e renda para os pequenos produtores, melhorando, de fato, suas condições.

Quero lembrar também, presidente, que, na oportunidade em que falávamos aos pequenos produtores, lembrei-me da nova lei da merenda escolar. Tenho a grande honra de dizer e sempre faço questão de repetir que, quando fui deputado federal, a nova lei da merenda escolar foi a lei mais importante que consegui aprovar. Conseguimos com essa lei, que foi sancionada pelo saudoso José Alencar, no exercício da presidência, incluir 9 milhões de alunos do ensino médio, que não estavam inseridos no Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae. A partir do ano letivo de 2009, todos os estados do Brasil começaram a receber as transferências para garantir a merenda escolar também aos alunos do ensino médio, contemplando todos os alunos da rede de ensino básica de todo o País. Os recursos saltaram de R\$900.000.000,00 para mais de R\$3.000.000.000,00. O que isso tem a ver com a agricultura familiar é o seguinte: 30% de todos esses recursos são destinados à compra direta dos pequenos produtores, 30% desses R\$3.000.000.000,00 são destinados à compra direta daqueles agricultores inseridos, inscritos nos programas de agricultura familiar.

Quero saudar todas as lideranças que estiveram presentes, os secretários de Desenvolvimento Agrário e de Agricultura, que compareceram à Cidade Administrativa, fizeram a assinatura do convênio, retiraram os *kits* e receberam os equipamentos para melhorar suas condições de trabalho e de renda. Queria aproveitar a oportunidade para fazer essa prestação de contas. Ao todo, 320 municípios estão sendo contemplados e mais de 7 mil itens sendo entregues aos pequenos produtores rurais de todo o Estado.

Era o que tinha a dizer no momento, presidente. Obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* – Presidente, quero dizer a V. Exa. que pedi esse art. 70 para responder a questões que foram levantadas aqui, mas não tive oportunidade de responder no debate. No meu entender, são questões equivocadas, injustas e parciais, fundamentalmente parciais. Vi deputados do PSDB falarem em moralidade, em CPI, que querem passar o País a limpo. Falaram como se fossem vestais da moralidade. Se eu fosse do PSDB, não iria por esse caminho, bem porque há um presidente desse partido condenado a 20 anos de cadeia, o Eduardo Azeredo. Há outro presidente do PSDB que está preso, o Nárício Rodrigues. Ele foi presidente do PSDB durante os governos Aécio e Anastasia. O senador Aécio Neves foi delatado 12 vezes e já está com dois inquéritos no STF. Ele já é réu no STF pelo mensalão tucano em Minas Gerais, réu por caixa dois e por toda corrupção em Furnas. Ele está sendo investigado. Presidente, o PSDB não é um partido que possa ser o arauto da moralidade. Os que o defendem gritam como se só houvesse corrupção no Brasil em um partido político; no mínimo, são falsos moralistas, são moralistas de fachada. Esses moralistas de fachada, em geral, são pessoas que têm uma ideologia, o que não é nenhum pecado, pelo contrário, ter uma ideologia é bom, que permite falar de corrupção de apenas um lado. É incontestável que Aécio Neves é réu em dois processos no STF. Portanto, até mesmo o ministro Gilmar Mendes teve de colocá-lo como réu.

Ao mesmo tempo, temos o ex-senador, ex-governador Azeredo condenado a 20 anos de prisão, e o presidente do PSDB preso na Papuda.

Aliás, na Nélson Hungria. Ele está lá, até de macacão vermelho e de chinelo de dedo, preso agora como presidente do PSDB. Sinceramente, vamos fazer uma discussão mais séria da vida política brasileira, para não parecer à população que basta apenas agora uma digladição entre partidos políticos e que não se quer, de fato, tratar do assunto.



O que vejo, presidente, na Assembleia Legislativa é que o PSDB arrumou uma forma de não permitir que o debate seja sério. Vêm pessoas do PSDB, todos os dias, à Assembleia Legislativa para impedir que os deputados que têm opinião diferente falem. São pessoas geralmente que tem conteúdo equivocado do ponto de vista político e que não entendem o papel do Parlamento. (– Manifestação nas galerias.)

Vejam só, é difícil, presidente. Não tem jeito. Presidente, por favor. Peço a V. Exa. apenas o seguinte: não há condições de funcionamento democrático numa Casa deste tipo, quando três, quatro pessoas ficam gritando e não permitem a um deputado falar. Isso não é democrático. Não há como fazer algum tipo de debate em que você não pode ter um raciocínio porque há três, quatro pessoas que vêm aqui todo dia permitir que apenas alguns deputados falem. Presidente, isso não é funcionamento.

Vou pedir para terminar, mas, antes disso, peço a V. Exa. uma questão de ordem sobre como vai ser o funcionamento da Assembleia Legislativa. Se for possível isso, vamos brigar para ver quem coloca pessoas gritando aqui. Pergunto: como um parlamento pode funcionar se, no grito, pessoas vêm aqui todos os dias para permitir que apenas alguns deputados falem? São pessoas do PSDB que vêm aqui apenas para impedir que o PT fale. Não dá para o Parlamento funcionar.

Fica aqui o meu protesto e, mais uma vez, a denúncia da parcialidade tucana, que está com o seu presidente em Minas Gerais condenado a 20 anos de prisão. O presidente do PSDB está preso na Nélson Hungria ou na Gameleira, não sei onde está, e o senador Aécio Neves é réu no STF em dois processos. E eles vêm aqui gritar por moralidade. Como vou discutir com pessoas que são tão parciais e que acham que a corrupção no Brasil é algo apenas do PT?

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 13/6/2016, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Ana Paula da Silva Pinto, padrão VL-39, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares;

exonerando Nádia Fernanda Bicego, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Ana Paula da Silva Pinto, padrão VL-42, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Compromisso com Minas Gerais;

nomeando Nádia Fernanda Bicego, padrão VL-53, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cássio Soares.

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência nº 1/2015

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 037/2015

Objeto: contratação de agência de propaganda para prestação de serviços de publicidade à ALMG.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que, após análise dos documentos de habilitação previstos no item 8 do Edital da Concorrência nº 1/2015, o consórcio liderado pela Fazenda Comunicação & Marketing Ltda. foi habilitado. Fica aberto o prazo recursal de cinco dias úteis, nos termos do disposto no art. 109, I, "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.



Belo Horizonte, 13 de junho de 2016.

Mesa da Assembleia

TERMO DE CONTRATO Nº 35/2016

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico. Objeto: prestação de serviços de assistência médica (lotes 1 e 2). Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 106/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATAS

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/5/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/6/2016, na pág. 18, onde se lê:

“nº 6.112/2016, do deputado Paulo Lamac”, leia-se:

“nº 6.112/2016, do deputado Paulo Guedes”.

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/6/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 11/6/2016, na pág. 1, no sumário, onde se lê:

“Projetos de Lei nºs 3.607 a 3.613 e 3.615 a 3.617/2016”, leia-se:

“Projetos de Lei nºs 3.607 a 3.613, 3.615 e 3.616/2016”.

E fica sem efeito a publicação do Projeto de Lei nº 3.617/2016, nas págs. 8 a 10.

ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/6/2016

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 11/6/2016, na pág. 14, sob o título “Proposições Não Recebidas”, onde se lê:

“REQUERIMENTO”, leia-se:

“REQUERIMENTO Nº 4.910/2016”.